



## **A PRODUÇÃO DO CAPITAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO NO CAMPO NO MUNICÍPIO DE JATAÍ-GO**

### **CAPITAL PRODUCTION AND ITS IMPLICATIONS IN FIELD EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF JATAÍ-GO**

### **LA PRODUCCIÓN DEL CAPITAL Y SUS IMPLICACIONES EN EDUCACIÓN DE LO CAMPO EN EL MUNICIPIO DE JATAÍ-GO**

**Tatiane Rodrigues de Souza** – UFR – Rodonópolis – Mato Grosso – Brasil  
[tati87souza@gmail.com](mailto:tati87souza@gmail.com)

**Evandro César Clemente** – UFJ – Jataí – Goiás – Brasil  
[evandroclemente@gmail.com](mailto:evandroclemente@gmail.com)

#### **RESUMO**

Ao se referir à proposta da “Educação no/do Campo”, reporta-se à necessidade de construir uma pedagogia contextualizada na valorização e diversidade de sujeitos, de modo a contemplar a heterogeneidade da realidade dos povos que habitam o vasto campo brasileiro. Esse movimento se dá como contraponto à proposta da educação rural, que surgiu a partir dos anos 1930 no país e que visava disseminar somente a educação de cunho tecnicista, acrítica ao sistema capitalista, desconsiderando os aspectos ambientais, políticos, econômicos, sociais e culturais dos povos habitantes do campo e, portanto, focada somente em formar mão de obra. Objetiva-se neste artigo apresentar as particularidades da inserção do capitalismo nas práticas agrícolas no município de Jataí-GO e suas implicações nas instituições de ensino situadas no campo. Os procedimentos metodológicos adotados foram o levantamento bibliográfico e a coleta de dados de fonte primária a partir de questionários semiestruturados direcionados aos discentes do Ensino Médio. Observou-se que a forte hegemonia da agricultura capitalista recai sobre o sistema educativo no campo, ao fechar unidades escolares, transportar alunos para a cidade, negligenciar os demais modos de vida nos espaços rurais e reproduzir o ensino praticado no urbano.

**Palavras-chave:** Educação no/do Campo; Agricultura capitalista; Sujeitos do campo

#### **Resumen**

Para referirse a la propuesta de “Educación en / desde el Campo”, informa la necesidad de construir una pedagogía contextualizada para la apreciación y diversidad de sujetos, a fin de contemplar la heterogeneidad de las realidades de las poblaciones que habitan el vasto campo brasileño. Este movimiento ocurre como contrapunto a la propuesta de educación rural, que surgió desde los años de 1930 en el país y que tiene como objetivo difundir la disciplina de la educación de un punto de vista técnico, acrítico al sistema capitalista, desconociendo cuestiones ambientales, políticas, económicas, sociales y culturales de los pueblos que habitan el campo y, por tanto, más centrada en la formación de la fuerza laboral. Tiene como objetivo en este artículo presentar las particularidades de la inserción del capitalismo en las prácticas agrícolas en el municipio de Jataí-GO y sus implicaciones para las instituciones educativas ubicadas en el

---

campo. Los procedimientos metodológicos adoptados se basaron en la investigación bibliográfica y la colecta de datos de fuentes primarias a partir de cuestionarios semiestructurados dirigidos a estudiantes de secundaria. Observado que la fuerte hegemonía de la agricultura capitalista acerca de el sistema educativo en rural, cerrando las unidades escolares, transportando estudiantes a la ciudad, descuidan otras formas de vida en las áreas rurales y reproduciendo prácticas educativas de los medios urbanos.

**Palabras clave:** educación en/desde el campo; agricultura capitalista; sujetos del campo.

## INTRODUÇÃO

O debate por uma Educação no/do Campo, iniciado na I Conferência em maio de 1998, foi amplamente divulgado em 2002, com a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação - CNE nº 36/2001 das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (CALDART, 2012). Entendeu-se que essa proposta educativa é dedicada e voltada para um “[...] conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural” (KOLLING, et al., 1999, p. 26).

Assim, ao final dos anos 1990, veio à tona a preocupação com a Educação no/do Campo, que passou a engendrar debates nas escolas envolvidas e nas universidades, abrangendo a questão agrária no território brasileiro e suas implicações nas questões sociais e, conseqüentemente, gerando reivindicações em prol da educação voltada para a luta pelos direitos dos sujeitos que habitam o campo.

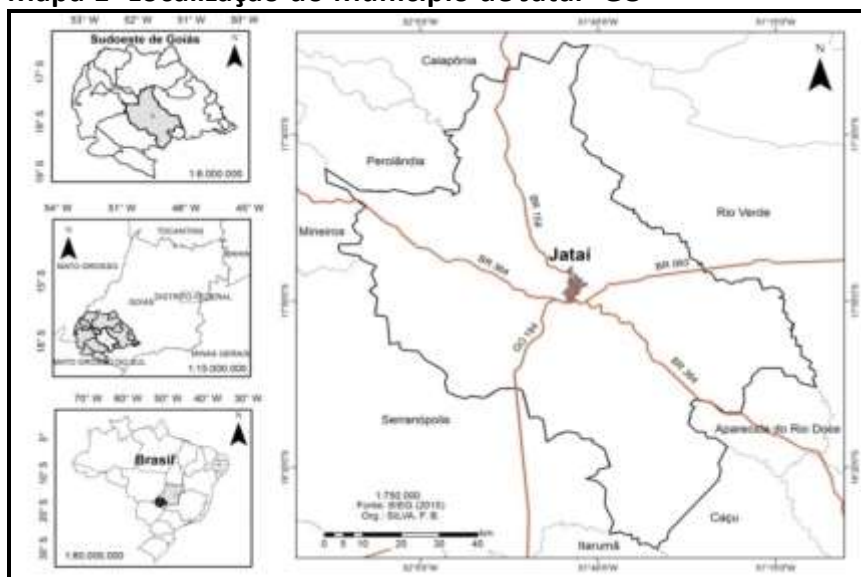
No entanto, identifica-se que a crescente desvalorização da educação pública e as políticas educacionais neoliberais contribuíram significativamente para a extinção de várias unidades escolares localizadas no campo nas últimas décadas, sobretudo, em municípios pautados na agricultura capitalista, enfraquecendo o debate da Educação do Campo nestes espaços (SOUZA, 2016).

Este texto é resultado parcial da Tese de Doutorado intitulada “A contribuição do Ensino de Geografia para a formação de sujeitos no contexto da educação no/do campo”, defendida no ano de 2021 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí. Pretende-se neste artigo apresentar as particularidades da inserção do capitalismo nas práticas agrícolas no município de Jataí-

GO e suas implicações nas instituições de ensino situadas no campo. Destaca-se também que boa parte dos estudantes das escolas localizadas no campo são filhos dos trabalhadores temporários que migram pelas escolas no espaço rural e retornam para o urbano.

Localizado na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás (IBGE), Jataí (mapa 1) é um município predominante de produção capitalista/empresarial no campo. As atividades agrícolas ocupam 54% das terras do município, de sua extensão territorial de 7.174,228 km<sup>2</sup> (MARTINS, 2013). Dados do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam a população total de 88.006 habitantes naquele ano, sendo 81.044 (92%) na área urbana e 7.004 (8%) na área rural. A estimativa de 2021 do IBGE aponta para 103.221 habitantes.

**Mapa 1- Localização do Município de Jataí- GO**



Fonte: SIEG, 2015. Organização: SILVA, F.B, 2015.

Para a consecução da pesquisa, efetuaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico e coleta de dados de fonte primária a partir da realização de entrevistas semiestruturadas direcionadas aos discentes do Ensino Médio das seis (6)<sup>1</sup> escolas localizadas no campo.

<sup>1</sup> Cumpre ressaltar que o município de Jataí possui oito (8) unidades escolares no campo, no entanto, a pesquisa de tese foi desenvolvida em apenas seis (6) instituições que ofertam o Ensino Médio e neste artigo apresenta-se apenas alguns dados obtidos na coleta de campo.

---

## A produção do capital no município de Jataí-GO e as escolas no campo

A questão agrária é basilar para o entendimento da concentração fundiária e das desigualdades e injustiças sociais presentes na realidade brasileira. É por essa vertente também que se compreende os desafios para a inserção da proposta educacional específica do campo, pois na medida em que se expande a lógica da produção capitalista, as escolas também passaram a seguir as novas exigências do mercado, voltadas para a reprodução do capital, porém, sendo, em geral, precarizadas e sucateadas nas últimas décadas por políticas neoliberais.

Em virtude disso, é preciso considerar que a consolidação da agricultura capitalista em Jataí-GO deve-se à incorporação do pacote da “Revolução Verde”, que impôs a reestruturação no espaço agrário e urbano para que esse pudesse atender às novas demandas da produção no Cerrado. Neste processo, o Estado viabilizou subsídios financeiros, integração de rodovias para assegurar o escoamento de produtos, tecnologia e pesquisa. (LACERDA e SANTOS, 2016).

O capital busca estabelecer novos arranjos territoriais que possam responder aos seus interesses de acumulação, criando o espaço de dominação e exploração, acentuando a concentração de riquezas e de terras, resultando em novas estruturas nas áreas rurais e urbanas. Levando em conta que a relação espaço/tempo condicionou a produção do espaço, as áreas de tecnificação agrícola assumiram novas formas e se expandiram rapidamente. “Com a redescoberta do cerrado, graças à revolução científica-técnica, criam-se as condições locais para uma agricultura moderna [...]”. (SANTOS, 1996, p. 62).

Nas últimas quatro décadas, o município de Jataí-GO passou por um intenso processo de tecnificação agrícola. A inserção de tecnologia, juntamente com a chegada dos grandes complexos industriais o reafirmou como grande centro de produção de *commodities* para exportação e para as plantas agroindustriais. Além disso, acentuou-se a concentração na estrutura fundiária, formou-se também cadeias produtivas agropecuárias, comércio especializado, alta competitividade, forte integração entre agricultura e indústria, resultando em novos conteúdos e funções da relação campo-cidade, transformando a dinâmica socioespacial (BORGES, 2006).

É possível identificar a concentração fundiária de Jataí a partir dos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA (2017). O município apresentou em 2017 3.746 imóveis rurais área total cadastrada em 911.085,5015 hectares, desses, as médias e grandes propriedades somam 1.354 (36%) imóveis, ocupando 781.821.7519 hectares, enquanto os 2.403 (64%) imóveis em minifúndios (conceito do Estatuto da Terra Lei nº 4.504) e a agricultura familiar somam apenas 1.292,637 496 hectares. Seguem os dados da estrutura fundiária demonstrados em módulos fiscais na tabela 1.

**Tabela 1-Jataí (GO): Estrutura fundiária -2017**

MÓDULO FISCAIS	IMÓVEIS	TOTAL (ha)	Área	CLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS	Total ÁREA (ha)
Mais de 0 a 0,5 MF	572	6.360,3742	Pequena propriedade (0- 4 módulos fiscais)	1.292,637 496 14,2%	
Mais de 0,5 a menos de 1 MF	624	18.574,3964			
De 1 a 2 MF	602	35.140,7309			
Mais de 2 a 3 MF	361	35.803,0106			
Mais de 3 a 4 MF	244	33.385,2375	Média propriedade (4 a 15 módulos fiscais)	314.103,030845 34,4%	
Mais de 4 a 5 MF	177	31.909,3512			
Mais de 5 a 6 MF	152	33.377,3371			
Mais de 6 a 10 MF	385	119.783,6945			
Mais de 10 a 15 MF	265	129.032,7017	Grande propriedade (Superior a 15 módulos fiscais)	467.718,6674 51,4%	
Mais de 15 a 20 MF	112	77.379,3725			
Mais de 20 a 50 MF	202	250.719,1994			
Mais de 50 a 100 MF	36	99.995,6235			
Mais de 100 a 200 MF	3	14.304,6843	-	-	
Mais de 200 a 400 MF	3	25.319,7877			
Imóveis incost. Excluídos	8	0,0000	-	-	
<b>TOTAL</b>	<b>3.746</b>	<b>911.085,5015</b>	-	-	

Fonte: INCRA (2017). Organizado pelos autores (2020).

Ao considerar a área ocupada pelas médias e grandes propriedades, identifica-se que há menor número de imóveis cadastrados em elevado percentual de ocupação de área (ha) de 85,8%, enquanto as propriedades consideradas da produção familiar e minifúndio ocupam apenas 14,2%, evidenciando que a estrutura fundiária de Jataí é concentrada. Segundo Fockink (2007), tal realidade pode ser compreendida pelas políticas de incentivos agrícolas nas décadas de 1970 e 1980, que não beneficiaram os pequenos proprietários que, por sua vez, venderam ou arrendaram suas terras.

---

Essa concentração também é evidenciada por Clemente e Cleps Junior (2020) no estado de Goiás e na Microrregião Geográfica Sudoeste de Goiás, na qual está situado o município em estudo. A Microrregião é composta pelos seguintes municípios: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra e Serranópolis. Os autores supracitados identificaram que o processo histórico, as condições geográficas e os incentivos políticos e capitais favoreceram a agricultura capitalista. Essa concentração de terra também é realidade presente em todo o país. Segundo Clemente e Cleps Junior (2020), a concentração fundiária é resultado do processo histórico da colonização do Brasil, que estabeleceu a prática da monocultura em grandes propriedades nas terras brasileiras.

No estado de Goiás, não diferente do restante do país, a concentração fundiária é realidade, com destaque para a MRG Sudoeste de Goiás, que está entre as maiores produtoras de grãos do Brasil, sobretudo Rio Verde e Jataí (produção de milho e soja), inseridos no processo produtivo capitalista. Por apresentarem significativa expansão da agricultura, principalmente voltadas para a exportação, esses municípios possuem alta dinamicidade econômica, sendo suas paisagens marcadas pela presença de plantas agroindustriais, escritórios e unidades de armazenagem de grandes empresas ligadas ao agronegócio. Marcas que exemplificam as transformações territoriais propiciadas pela agricultura empresarial.

É importante ressaltar que o padrão hegemônico estabelecido em Jataí e nos demais municípios da MRG Sudoeste de Goiás é fortemente evidenciada na década 1980, com a consolidação dos complexos agroindustriais (CAIs) de soja, transformaram as cadeias produtivas, trazendo “[...] efeitos no campo (aumento no rebanho de aves e suínos, do sistema de produção integrada de aves e suínos e o surgimento de um novo modelo deste tipo de produção); efeitos no espaço regional” (BORGES, 2006, p.168).

Os complexos agroindustriais estabelecem controle das cadeias produtivas, manobra das políticas públicas para ampliar a competitividade e a ação dos capitais na agricultura. Para Castillo e Frederico (2010, p. 24), as grandes empresas coordenam “[...]”

---

o beneficiamento (classificação, limpeza, secagem), a assistência técnica, o processamento agroindustrial, o mercado de fertilizantes, o mercado de sementes, o armazenamento, o financiamento da produção, a comercialização e a exportação”.

Pode-se também destacar como parte desse processo produtivo a implantação da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), em 1976, e a instalação de unidades agroindustriais, como a Caramuru, a Coimbra, a Cargill e a antiga Perdigão (atualmente BR Foods), o que significou a remodelação na organização do complexo da soja no Sudoeste de Goiás (Rio Verde, Jataí, Portelândia, Chapadão do Céu e Santa Helena). (BORGES, 2006).

A inserção do pacote tecnológico em várias áreas agrícolas foi homogeneizadora, desconsiderando os aspectos sociais, culturais e ambientais, ou seja, esse modelo tecnificado disseminou a prática de monocultura (soja, milho e cana-de-açúcar), aproximando cada vez mais a produção agrícola do modelo industrial (CLEMENTE, 2011).

Clemente e Cleps Junior (2020, p.311), no entanto, ressaltam que apesar do modelo capitalista produtivo “[...] estabelecer alta dinamicidade econômica, este padrão tem se caracterizado por gerar concentração de terra e de renda, desigualdade e marginalização social, em especial dos agricultores familiares e de trabalhadores rurais”.

Toda essa cadeia produtiva pode ser compreendida também pelas discussões propostas por Santos e Silveira (2003), ao destacarem que o meio técnico-científico-informacional é agora disseminado em escala mundial em busca do lucro incontido, impondo novos comportamentos a partir do uso do tempo e da terra, pois, com a globalização, o espaço é organizado para atender ao processo de internacionalização da economia. (SANTOS e SILVEIRA, 2003).

A dinâmica globalizante não apaga restos do passado, mas modifica seu significado e acrescenta, ao já existente, novos objetos e novas ações características do novo tempo. Agravam-se diferenças e disparidades, devidas em partes, aos novos dinamismos e a outras formas de comando e dominação. (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 153).

Deste modo, a partir do campo “moderno” e tecnificado, Jataí passou a exercer novas funções econômicas impostas pelas mudanças e demandas da produção agrícola capitalista. “Essa é uma das novas possibilidades de conexões oferecidas pelo modelo

---

técnico-científico-informacional, que permite estabelecer de forma íntima a relação entre o lugar e o mundo e vice-versa.” (FREDERICO, 2011, p. 119).

A atividade produtiva agrícola em bases empresariais em Jataí é conhecida como agronegócio, associado à cadeia agroindustrial, ao uso de alta tecnologia, aos investimentos e às relações comerciais no setor agropecuário, amparado por políticas públicas de subsídios financeiros. Segundo Gonçalves (2004, p.224) a produção se destaca “[...] (1) no uso de um modo de produção de conhecimento próprio do capital que se traduz na supervalorização da ciência das técnicas ocidentais (que se querem universais); e (2) na expansão das terras cultivadas [...]”. Por este viés, o município apresenta-se a partir da produção tecnificada, voltada para o cultivo de soja, milho, sorgo, e recentemente se expandiu a cultura de cana-de açúcar.

A forte hegemonia da agricultura capitalista tende a refletir em todos os segmentos econômicos e sociais. Segundo Vendramini (2015), as novas formas de acumulação do capital no espaço agrário impactaram em intensas transformações no padrão de produção, na classe trabalhadora e também nas relações sociais. Isto é, o “[...] processo de ‘modernização’ da agricultura, do ponto de vista do pequeno proprietário rural, foi bastante nocivo, de maneira que a sua renda tendeu a declinar, piorando suas condições de sobrevivência.” (CLEMENTE, 2011, p. 50).

Considera-se que os reflexos trazidos por esse processo geram efeitos também e atingem a oferta educacional das escolas rurais, ou seja, impactam na redução de custos e no perfil dos educandos, que agora tendem a ser cada vez mais trabalhadores rurais assalariados. Ao invés de investir recursos em todas as escolas, o Estado cria “soluções” por meio da nucleação, fechando unidades escolares, criando formação de professores à distância e ensino técnico voltado estritamente à lógica de mercado, de modo a garantir formação de cunho técnico, despolitizada.

Esse fato vem ocorrendo na maior parte das escolas do país, realidade não distinta das unidades escolares do campo no município de Jataí. O modo de produção capitalista impõe nos debates educativos o discurso de que o campo deve ser tecnificado para fins lucrativos, sendo que os demais modos de vida, que fogem à lógica



---

do capital, como dos camponeses, ribeirinhos, remanescentes de quilombos, entre outros, são considerados como “atraso” e devem ser extirpados.

Assim, o projeto de educação emancipatória para as populações que vivem no campo contrapõe-se diretamente aos princípios da agricultura capitalista, que dissemina a educação precarizada, tecnicista e urbanocêntrica, isto é, a hegemonia do capital impede que as políticas públicas voltadas para as especificidades dos sujeitos do campo sejam efetivadas no âmbito escolar.

Além disso, como resultado direto deste processo de avanço e fortalecimento da agricultura empresarial, identifica-se que havia várias escolas espalhadas no campo do município de Jataí até os anos 1990. Nessa época, existiam 39 unidades escolares. Atualmente, há somente oito escolas funcionando como “escolas polos”, ou seja, houve a extinção de 31 instituições/unidades de ensino. Obviamente, a concentração fundiária favoreceu o fechamento dessas escolas, além disso, prevaleceu a visão neoliberal/mercadológica do Poder Público em relação à educação que, invariavelmente, tem priorizado economizar recursos financeiros em detrimento da qualidade da educação (SOUZA, 2016).

Essa realidade ainda persiste em muitas regiões do país e no mundo, conforme as investigações de Vendramini (2015), que identificou que até mesmo em países ditos “desenvolvidos”, como Portugal e Estados Unidos, há inúmeros problemas envolvendo restrições orçamentárias, manutenção e fechamento das escolas em áreas rurais.

É preciso levar em conta que mesmo que haja diferenças entre as escolas do Brasil e dos países citados, todas estão localizadas segundo Vendramini (2015, p. 63). em áreas “[...] sujeitas ao acelerado processo de urbanização e à diminuição de terras para cultivo, as quais vão se tornando disponíveis para a agricultura de larga escala e a monocultura, a indústria, o comércio, a extração de recursos [...]”.

Partindo dessas considerações, é importante entender que os processos nas práticas agrícolas passaram a transformar as estruturas socioeconômicas tanto do campo como da cidade, o capitalismo passa a subordinar todas as atividades produtivas (OLIVEIRA, 2007). Na universalização da produção tudo é mercadoria, o trabalho humano, os recursos naturais, a educação, a cultura, os meios de comunicação em

---

massa, entre outros. Segundo Santos (1997, p. 6), “vivemos num mundo em que a lei do valor mundializado comanda a produção total, por meio das produções e das técnicas dominantes, aqueles que utilizam esse trabalho científico universal previsto por Marx”.

Sob esta perspectiva, a universalização do capital resultou em efeitos ideológicos, esta modernização, viabilizada pelo Estado e disseminada pelos meios de comunicação, criou no imaginário das populações locais o pensamento de que o modo de produção capitalista é moderno e compreendido como superior em relação às práticas tradicionais (ALENTEJANO, 2012).

Os capitalistas criam no imaginário dos trabalhadores que esses sujeitos não são explorados, conforme afirma Martins (1981, p. 156):

Um ponto, portanto, essencial para o entendimento do que é uma relação capitalista está no fato de que essa relação é uma relação de exploração baseada numa ilusão – a ilusão de que não há exploração alguma. Exatamente por isso é que os trabalhadores são livres no capitalismo: eles não precisam do chicote do senhor de escravos para se submeterem, para entregarem o seu trabalho ao patrão; para eles basta a ilusão de que a troca de salário por força de trabalho é uma troca de equivalentes, entre iguais, por isso justa e legítima.

Essa conformação é fruto do discurso das políticas neoliberais que atendem aos interesses das classes dominantes, a sujeição avança cada vez mais com a expansão do capital. É estratégico para o capitalismo perpetuar seus ideais e controlando o sistema educacional, ao disseminar a “pedagogia da hegemonia”, entendida por Martins e Neves (2012, p. 541) como educação de “[...] conformação moral e intelectual do conjunto da população a um padrão de sociabilidade (ou modo de vida) que responda positivamente às necessidades de crescimento econômico [...]”. Portanto:

Em síntese, as estratégias da nova pedagogia da hegemonia, mantendo inalterados os fundamentos da pedagogia da hegemonia precedente, procuram difundir mundialmente a possibilidade da coexistência do *mercado* com a *justiça social*, conquistada a partir da *concertação social*, ou seja, a partir da participação de ‘todos os indivíduos’ na resolução harmônica de conflitos de interesse pessoal ou grupista. (MARTINS e NEVES, 2012, p. 543, grifo dos autores).

Esse pensamento criticado pelos autores supracitados reside no imaginário dos envolvidos na oferta educacional das escolas no campo do município de Jataí. Em entrevistas e pesquisas com secretários, gestores e professores, observou-se as

---

dificuldades/resistências em adotar diretrizes voltadas para as especificidades dos diferentes sujeitos/alunos que vivem nas áreas rurais. O currículo, os livros, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e as metodologias de ensino estão pautados na perspectiva do ensino orientada para o mundo urbano. Além disso, os profissionais nas áreas rurais não recebem formação continuada ou cursos de capacitação voltados para o ensino no/do campo, comprometendo assim o movimento de luta por educação emancipatória (SOUZA, 2016).

### **A Educação no/do Campo e os sujeitos do campo de Jataí GO**

Objetiva-se identificar os envolvidos nas escolas no campo por “sujeitos”, por apresentar conotação com as reivindicações dos movimentos sociais, os quais lutam pelos seus direitos de forma ativa. Segundo Veronese e Lacerda (2011), a consolidação do sujeito está pautada no conflito, seu uso é pertinente nas novas manifestações dos movimentos sociais. Desse modo, será usado para alunos, professores, pais de alunos, os trabalhadores e camponeses que trabalham e vivem no campo, que diariamente necessitam reivindicar seus direitos.

Afinal, quem são os sujeitos envolvidos na oferta educacional das escolas no campo do município de Jataí? Precisamente, os 58% dos estudantes participantes nesta pesquisa são em sua maioria alunos que vivem com suas famílias em propriedades privadas, os pais são empregados assalariados, ou seja, possuem vínculo empregatício, 35% são proprietários (assentados) e apenas 7% deles arrendam áreas rurais.

Na pesquisa, identificou-se que as escolas situadas no campo em Jataí atendem, de forma geral, discentes que são filhos de trabalhadores assalariados e, em menor quantidade, camponeses que estudam nas escolas das áreas rurais do município. Para Martins (1980), é necessário compreender que trabalhador/operário é sujeito distinto do camponês que vive a partir da sua produção familiar, produz para o autoconsumo, enquanto o trabalhador/operário se mantém pela sua força de trabalho. Ambos não pensam de modo igual, porque são social e politicamente sujeitos diferentes (MARTINS, 1980).

---

O quantitativo maior de filhos de proletariados no campo é resultado do capitalismo que vem “[...] se expandindo às custas da *expropriação* e da *proletarização* dos trabalhadores do campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra. (MARTINS, 1980, p. 17, grifos do autor).

Esses sujeitos estudam em escolas que não defendem propriamente as premissas por educação específica do campo. Existem limitações na formação pedagógica para consolidar a pedagogia específica aos alunos locais, já que os cursos de formação de professores, geralmente, não oferecem formação específica para trabalhar nessa perspectiva. Outro fator determinante é que os argumentos apresentados pelos educadores no campo, gestores e secretários do município de Jataí GO, identificados na pesquisa de Souza (2016), é que as escolas localizadas nas áreas rurais não necessitam de projetos pedagógicos, currículos e aulas com especificidades do campo. Justificam isso em razão da elevada rotatividade dos alunos, que recorrentemente se deslocam no campo migrando de uma propriedade rural para outra, ou até mesmo voltando para a cidade. Isso ocorre por serem trabalhadores assalariados que, como não possuem propriedade rural, permanecem incessantemente em busca de trabalho.

O modo capitalista de pensar (MARTINS, 1978) incide na vida das populações locais e a produção do agronegócio nesse município representa o poder da sua produção, subjugando os sujeitos que não são capitalistas a aceitarem as condições de trabalho e ensino que lhes são impostas.

Contudo, embora sejam sujeitos distintos, camponeses e trabalhadores assalariados, compreende-se que a luta por uma educação emancipatória para as populações do campo é vinculada aos diversos povos que residem nas áreas rurais, que requerem a educação popular do campo que valorize seus modos de vida e de trabalho. Portanto, o fato de haver muitos alunos rotativos, não justifica a ausência da pedagogia específica do campo.

Nesse sentido, toma-se a ideia defendida por Martins (2001), que identifica a necessidade da educação para os “trabalhadores móveis”. Na pesquisa em questão, pode-se observar que são os filhos dos trabalhadores que migram pelas escolas localizadas no campo ou que retornam para a cidade.

---

O 'trabalhador móvel', nesta proposta, é o trabalhador migrante, estrangeiro ou forasteiro, sujeito a deslocamentos espaciais ocasionais ou mesmo sazonais. De certo modo vai se definindo um mercado de trabalho que não suporta o peso econômico da estabilidade empregatícia do trabalhador e descarta as instituições próprias da realidade social em que essa estabilidade se apóia, do direito ao sindicato, da família à escola. (MARTINS, 2001, p. 22).

Em outras palavras, é o trabalhador excluído de direito que comumente vem crescendo no trabalho agrícola, são aqueles que possuem emprego instável, uma necessidade do sistema capitalista que, para "diminuir" custos busca estratégias para rebaixar os preços da mão de obra. Esses trabalhadores migram pelas distintas partes das áreas rurais de Jataí e pelos municípios vizinhos e para as áreas urbanas. De acordo com Martins (2001), são sujeitos que vivem se deslocando de um lugar para o outro em busca de novas ofertas de emprego. Em Jataí, verificou-se que os trabalhadores migram dentro dos limites do próprio município em muitas situações, permanecendo no campo ou mesmo indo para a cidade, mas continuando a exercer o labor na agricultura (SOUZA, 2016).

Os trabalhadores do campo, os camponeses e os diversos sujeitos das áreas rurais têm significativa parte dos seus direitos suprimidos. A elite subordinou as populações mais pobres, "[...] a grande propriedade dominante em toda sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola [...]." (WANDERLEY, 2002, p. 23).

O capital cria o trabalhador para a sua própria reprodução, sujeitos que aceitam as condições impostas, a "[...] sua residência também se torna temporária, a mobilidade e a instabilidade se estendem à sua família, nos casos em que ele se faz acompanhar por ela. Instabilidade que se estende, também, às relações sociais dessa família." (MARTINS 2001, p. 23). Sendo assim:

A coisificação da pessoa, própria de uma sociedade em que as relações sociais são mediatizadas pela mercadoria e pelo dinheiro, ganha novas estratégias e novas dimensões e cria, obviamente, novos problemas sociais, tanto para os sujeitos (eventualmente vítimas de situações adversas) quanto para a sociedade (mesmo que deles seus membros não tenham a menor consciência ou não tenham uma consciência individual que coincida com a consciência social e política) (MARTINS, 2001, p. 23).

---

Martins (2001) chama a atenção para os trabalhadores móveis, mais conhecidos por “boias-frias”, que residem na cidade ou migram o ano todo em busca de um novo emprego nas áreas rurais, vítimas da marginalização social.

As relações de produção e trabalho transformaram-se intensamente ao longo dos anos, primeiramente o trabalho foi escravista, passando por lavrador, em sequência por operário rural. Com a expropriação do trabalhador rural, intensificaram-se as relações do capitalismo no campo e na cidade, conforme identificado em entrevistas e pesquisas por Ianni (2004), assim o homem passou a depender cada vez mais da “boa vontade” do Estado, o qual nos últimos anos não tem cumprindo com sua função social para as populações subalternas.

Hoje, as relações de trabalho no campo impactaram no padrão produtivo e na resistência dos camponeses na terra. Em Jataí, as relações de trabalho no campo estão baseadas na produção capitalista assalariada e, em partes, na reprodução não capitalista, ou seja, nas atividades camponesas que também são responsáveis pela produção alimentar, conforme Fernandes (2008).

O processo de tecnificação da agricultura elevou o número dos assalariados temporários, que, segundo Ribeiro (2003), geralmente trabalham em épocas de colheitas ou em períodos de plantio. A mecanização resultou na redução do emprego de mão de obra e na instabilidade do emprego e, conseqüentemente, também tem contribuído indiretamente para a precariedade na educação dos filhos dos trabalhadores do campo que, devido à instabilidade do emprego dos pais somente nas safras, precisam trocar de escolas várias vezes durante o ano letivo, o que invariavelmente resulta em baixo aproveitamento escolar.

Essa condição induz cada vez mais ao descaso com as populações do campo, cuja escola passa a ser “[...] tratada como um apêndice da escola urbana, precariamente estabelecida sobre bases estranhas à sua síntese social, que é responsável por sua condição de existência.” (MARTINS, 2009, p. 2).

O fato é que não se deve trabalhar na perspectiva da educação bancária com os alunos, seja qual for o sujeito social. Afinal, conforme Freire (2011, p. 48), “[...]quem atua sobre os homens para doutriná-los, adaptá-los cada vez mais à realidade que deve

---

permanecer intocada, são os dominadores”. Visando propor a educação emancipadora, esse não deve ser o papel do educador que trabalha com as classes populares. Na verdade, a docência neste contexto consiste em um trabalho libertador. “Através dele, o que se há de fazer é propor aos oprimidos os *slogans* dos opressores, como problema, proporcionando-se assim, a sua expulsão de ‘dentro’ dos oprimidos.” (FREIRE, 2011, p. 48).

Em suma, não se pretende afirmar que existem apenas alunos rotativos nas escolas pesquisadas. Todavia, é imprescindível estabelecer a pedagogia específica para os sujeitos do campo deste município, escolas que devem colaborar com o ensino para “Além do Capital”, conforme Mézaros (2005). É necessário a educação plena de forma decisiva a partir de projetos e metodologias que possibilitem a pedagogia emancipatória. É importante “[...] romper com o processo de discriminação, para fortalecer a identidade cultural negada aos diversos grupos que vivem no campo, e para garantir atendimento diferenciado ao que é diferente, mas que não deve ser desigual.” (KOLLING et al., 1999, p. 49).

O que fica claro é a necessidade de uma educação comprometida em sensibilizar e/ou conscientizar os sujeitos na busca por seus direitos, tanto no campo como na cidade. Isto é, até mesmo nas escolas situadas em áreas urbanas existem desafios, entretanto, a desvalorização é ainda maior nas unidades escolares no campo, conforme demonstra Vendramini (2015) já que existe marginalização generalizada do rural frente ao modo de vida urbano.

Ademais, entende-se que a problemática em torno da desvalorização educacional no campo está, *a priori*, intimamente vinculada à precarização e ao sucateamento da educação pública, de modo geral, nas últimas décadas sob os preceitos de políticas neoliberais. Como desdobramento disso, tem-se a ausência de políticas específicas para a educação de direitos, mas isso não significa dizer que não se pode mudar as práticas pedagógicas em sala de aula, nem tampouco que por meio da mobilização dessas populações não se possa reivindicar melhorias na educação.

É preciso propor reflexões, debates e discussões de textos nos conteúdos escolares para todos os sujeitos que habitam o campo, concordando com Martins

---

(2005), que destaca que: “[...] o educador é o grande responsável por abrir um amplo abismo cultural entre as gerações do mundo rural”. Porém, sabe-se que é importante também que haja boa formação profissional do professor, de modo que ele tenha condições de desenvolver o trabalho pedagógico contemplando conteúdos, metodologias e habilidades de acordo com a realidade e as necessidades dos sujeitos.

### **Considerações finais**

Pode-se destacar que a forte hegemonia da agricultura capitalista recai sobre o Sistema educativo no campo ao fechar unidades escolares, transportar alunos para a cidade e negligenciar os demais modos de vida nos espaços rurais. Verifica-se que a agricultura capitalista se reproduz mediante a exploração da força de trabalho e, simultaneamente, é capaz de subjugar os trabalhadores a aceitarem as condições de exploração pelo fato de não terem consciência da mesma.

Destarte, identifica-se que nas áreas consideradas como “campo moderno”, com a presença de monoculturas, a Educação no Campo tende a ser apenas reprodução da proposta educacional centrada no urbano, não havendo preocupação com a construção da proposta do campo e com os modos de vida e de trabalho desses indivíduos. Exemplo disso é identificado no município de Jataí, em que as unidades escolares situadas nos espaços rurais reproduzem currículos fundamentados no urbano, com pouca preocupação em considerar o campo como a realidade de vida e de trabalho desses moradores.

Em razão das condições impostas no âmbito educacional, percebe-se que os sujeitos das escolas públicas, e em particular do campo, são vítimas do descaso de políticas públicas. O campo passou a ser cada vez mais espaço da produção do capital. Essa realidade presente no município favoreceu a elevada rotatividade dos alunos, que migram do campo para a cidade ou de uma propriedade rural para outra, consequência da forte concentração da terra, da expropriação de pequenos camponeses proprietários, da expulsão de posseiros e parceiros.

### **REFERÊNCIAS**



---

ALENTEJANO, P. Modernização da agricultura. In: CALDART, R. et al. (Orgs.) **Dicionário da educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

BORGES, R. E. **No meio da soja, o brilho dos telhados**: a implantação Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais. 2006. 220f. Tese (Doutorado) – UNESP, Rio Claro-SP, 2006.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica Regional e Globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator** - volume 9, número 18, pp.17 - 26, 2010: jan./abr.

CLEMENTE, E. C.; CLEPS JUNIOR, J. Considerações acerca da expansão geográfica do capital e a luta pela terra na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 288-314, mai.-ago., 2020.

CLEMENTE, E. C. **O Programa de Microbacias no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales-SP**. 2011. 339 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, B. M. Cadê o agronegócio? Cadê os alimentos? In: **Correio da Cidadania**, 2008. Disponível em: <<http://www.correiodacidade.com.br/politica/1749-30-04-2008-cade-o-agronegocio-cade-os-alimentos>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

FOCKINK, E. R. **Produção rural familiar em Jataí-GO**: a comunidade Rural da Onça. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia do Setor de Geografia e Gestão do Território, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

FREDERICO, S. Gênese e consolidação da rede urbana na região de fronteira agrícola moderna. In: COSTA, E. B; OLIVEIRA, R. S (Orgs). **As cidades entre o "Real e o imaginário Estudos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p.27-64.

IANNI, O. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

---

INCRA - Instituto de colonização e Reforma Agrária. Cadastro Rural. **Estatísticas Cadastrais**, 2017.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Acesso em 11 de junho de 2020. Disponível: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go>>. Acesso em 02 jan.2022

KOLLING, E. J.; NERY, I.; MOLINA, M. C. **Por uma educação básica do campo** (memória). Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

LACERDA, G. C.; SANTOS, C. M. T. O Cerrado e a Difusão Urbano-Industrial. **Revista Multiface**, Belo Horizonte, vol. 4., 2016.

MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. Pedagogia do Capital. In: CALDART, R. et al. (Orgs.) **Dicionário da educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 540-547.

MARTINS, A. P. et al. (Orgs.) **Atlas Ambiental das microbacias urbanas de Jataí-GO**. Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí, 2013.

MARTINS, F. J. Educação do Campo: processo de ocupação social e escolar. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL**, março de 2009.

MARTINS, J. S. de. Cultura e educação na roça, encontros e desencontros. **Revista USP**, São Paulo, nº. 64, 2005, pp. 28-49.

MARTINS, J. S. de. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

MARTINS, J. S. de. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. de. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J. S. de. *Por uma pedagogia dos inocentes*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13(2): 21-30, novembro de 2001. **Revista: Tempo Social**.

MARTINS, J. S. de. **Sobre o modo capitalista de pensar**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MÉZAROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, A. U de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

---

RIBEIRO, D. D. **Modernização da agricultura e (re)organização do espaço no município de Jataí-GO**. 2003. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2003.

SANTOS, M. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, T. R. de. **Caracterização e análises das escolas no campo no município de Jataí GO**. 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2016.

SOUZA, Tatiane R de. **A contribuição do ensino de Geografia para formação de sujeitos no contexto da educação no/do campo**. 2021. 360f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2021.

VENDRAMINI, C. R. Qual o futuro das escolas no campo? **Educ. rev., Belo Horizonte**, v. 31, n. 3, p. 49-69, set. 2015.

VERONESE, M. V; LACERDA, L. F. B O sujeito e o indivíduo na perspectiva de Alan Touraine. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 419-426, jul./dez. 2011.

WANDERLEY, M. N. B. de. Territorialidade e Ruralidade no Nordeste. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (ed. téc.) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

---

**Tatiane Rodrigues de Souza** - Doutorado pela Universidade Federal de Goiás Regional - Jataí (2021) Possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás Regional Jataí (2009) e Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia UFG Regional Jataí (2016). Pós - Graduação Lato Sensu em Psicopedagogia com Ênfase no Ensino Especial e Educação Inclusiva pela faculdade de tecnologia Equipe Darwin FACTED- Águas Claras DF (2011). Educadora ambiental pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ciência e tecnologia (2012-2012 SMOCT- Jataí-GO) Professora da Rede Estadual de Goiás- SEDUC (Ensino fundamental II , Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos 2011-2016) Professora da rede particular ( Ensino fundamental II 2012-2015, 2018). Professora substituta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano ( Rio Verde-GO-2016). Professora Substituta da Universidade Federal de Rondonópolis-MT (2021-2022).

**Evandro César Clemente** - Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Pós Doutor pelo IG/UFU Uberlândia-MG. Professor Associado II dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, campus de Jataí (UFG-CAJ) e docente do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFMS (Campus de Três Lagoas).. Foi coordenador do curso de Graduação em Geografia da UFG/Regional Jataí (2012-2014) e Coordenador do Programa de Pós Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado) da UFG/Regional Jataí (2014-2016). É membro do GEDRA (Grupo de

---

Estudos sobre Dinâmica Regional e Agricultura) E da Rede DATALUTA.. Atualmente é líder do GEPDACE (Grupo de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Agrárias do Cerrado). Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: associativismo, políticas públicas, dinâmica regional, sustentabilidade na agricultura, desenvolvimento territorial, ensino de Geografia e educação no campo.

---

Recebido para publicação em 01 de junho de 2022.

Aceito para publicação em 26 de junho de 2022.

Publicado em 22 de julho de 2022.